

UMA REFLEXÃO SOBRE A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Paulo Godoy¹

Resumo

O objetivo deste artigo é o de analisar as bases teóricas da noção de ‘produção do espaço’ bem como a sua utilização pela vertente crítica da geografia brasileira. A idéia central é a de suscitar o debate sobre a concepção crítica da produção do espaço, de modo a trazer à tona algumas questões de cunho teórico metodológico no interior de uma problemática de maior vulto, que é a proposição de um pensamento crítico na construção do conhecimento geográfico.

Palavras-chave: produção do espaço; (des)construção; rugosidades

Abstract

Reflecting on production of space

The goal of this paper is to analyze briefly the theoretical bases of “production of space” concept as well as its utilization by critical current of the Brazilian geography. The central idea is to raise the debate on the critical concept of production of space to bring along some questions of methodological and theoretical nature inside a greater issue which is the proposal of the critical thought in geographic knowledge construction.

Key words: production of space; deconstruction; corrugation

¹ Professor do Departamento de Geografia. Universidade Estadual Paulista/Unesp/Campus de Rio Claro Rua 10 n. 2527, Santana, Rio Claro –SP; Cep: 13500-230. Fone: (19) 3526 2225. E-mail: prt@rc.unesp.br.

INTRODUÇÃO

Tanto Platão como Aristóteles, concebiam o espaço e a matéria como sendo inseparáveis e a geometria o seu elo abstrato de ligação. Na filosofia moderna, o espaço não é nem substância, como queria Newton, e como teriam dito Leucipo e Demócrito, nem um adjetivo dos corpos extensos, como em Descartes, mas um sistema de relações como afirmara Leibniz (RUSSEL, s./d.). Newton, influenciado por Varenius, ao tentar unificar e complementar as idéias de Aristóteles e Platão, fez triunfar o dualismo com a formulação de espaço relativo e espaço absoluto. Na geografia, esse dualismo amadureceu sob a forma hartshorneana de geografia nomotética e geografia idiográfica.

A distância que nos separa das idéias e dos autores citados, é apenas aparente, pois, os problemas teóricos aí colocados estão na origem do atual debate geográfico sobre a produção do espaço.

Na segunda metade do século XX, a geografia já havia conhecido tempestivas transformações teóricas e conceituais no interior de seu corpo científico, e as definições de espaço se multiplicado pelas inúmeras metodologias empregadas em seu estudo.

O espaço passa a ser visto como uma criação humana que se realiza através do movimento da sociedade sobre a natureza. A natureza apresenta-se, neste caso, separada da sociedade, constituindo a base física sobre a qual o homem atua e produz o espaço geográfico ou, em outras palavras, a “segunda natureza”. A “primeira natureza” é concebida como algo que não pode ser produzido, é a antítese da atividade humana (SMITH, 1988).

A idéia de uma “segunda natureza” surge com o desenvolvimento das economias de troca e com as instituições estatais. Dentre os filósofos gregos, somente Platão percebia as intensas transformações da paisagem pelas atividades humanas. Mas foi o romano Cícero, no século I a.C. em *De natura Doerum* quem melhor definiu a segunda natureza:

à nossa disposição estão montanhas e planícies. Nossos rios e lagos. Colhemos o milho e plantamos árvores. Fertilizamos o solo pela irrigação. Represamos os rios para orientá-los a nosso bel prazer. Pode-se dizer que com nossas mãos tentamos criar uma segunda natureza no mundo natural (SMITH, 1984, p. 16).

A separação do conceito de espaço em relação aos lugares particulares, surge com as origens da filosofia moderna, onde a consciência do espaço não decorre mais da prática imediata, mas da ação sobre um espaço abstrato.

Estas primeiras passagens citadas acima mostram, resumidamente, que os problemas teóricos que cercam o debate sobre a produção do espaço remontam a própria institucionalização da geografia como saber científico. O propósito deste artigo não tem, evidentemente, a pretensão de recuperar a gênese histórica desse debate teórico, mas somente de colocá-lo em discussão a partir de dois conceitos que julgo relevantes para suscitar uma nova interpretação do problema aqui proposto. Esses conceitos são: (des)construção e “rugosidades” espaciais. Entendo-os como “conceitos-piloto” que procuram redefinir as orientações explicativas sobre os movimentos de interação e retroação do objeto de análise no contexto histórico, como também, uma forma de ampliar as possibilidades de realização de um pensamento verdadeiramente crítico, na construção do conhecimento geográfico.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A expressão “produção do espaço”, provavelmente cunhada por Lefebvre no final dos anos 60, visa responder aos processos de reprodução das relações capitalistas de produção. O espaço para Lefebvre (1974) consiste, *grosso modo*, no lugar onde as relações capitalistas se reproduzem e se localizam com todas as suas manifestações de conflitos e contradições. Embora Lefebvre tenha contribuído para análise espacial ao incluir a idéia de produção do espaço na tese reproducionista, esta não representou, de acordo com Smith (1988, p. 142), uma “ruptura radical com a tradição marxista clássica, especialmente (...) no que diz respeito à produção da natureza e à relação entre natureza e espaço”.

No final dos anos 70, a imunização contra o pragmatismo descritivo da disciplina, assume a forma de uma concepção estrutural de sociedade e de espaço cujo foco das análises dirigia-se para as contradições, os conflitos e os antagonismos inerentes aos movimentos da estrutura social. Logo, o espaço revelava no conteúdo de suas formas as mesmas contradições que o produziram. Essas, por sua vez, geravam também as condições de reprodução das relações sociais. Nesse sentido, o espaço é resultado e, ao mesmo tempo, condição da reprodução social. Em outras palavras, o espaço consiste em um “efeito” que se transforma em “causa”, ou, um resultado que se transforma em processo.

Para Santos (1991, p. 38), a idéia central da interpretação da produção espaço situa-se na combinação simultânea entre a forma, a estrutura e a função. Isso porque, “os movimentos da totalidade social modificando as relações entre os componentes da sociedade, alteram processos e incitam funções”. Essa totalidade social, crê o autor, pressupõe a existência de um movimento dialético da estrutura que opera sobre as formas e funções, fazendo com que os lugares tornem-se combinações de variáveis que diferenciam-se ao longo do tempo.

A diferenciação entre as variáveis resulta tanto da periodização histórica, pois atravessam épocas posteriores ao seu surgimento e convivem com variáveis novas, quanto de suas formas de espacialização, isto é, do seu lugar de origem e de sua difusão territorial. Nesse sentido, é a idéia de movimento da totalidade no tempo e no espaço que fundamenta a concepção de que o espaço é produzido *no* e *pele* movimento da totalidade social. Consiste, portanto, em uma “geografização” do movimento estrutural da sociedade que se traduz espacialmente em novas formas e funções e estas, ao se combinarem para atender as necessidades geradas pelos “efeitos” de reestruturação dos processos de organização das relações sociais, produzem o espaço. Neste caso, a idéia de produção do espaço torna-se prisioneira de sua conotação técnica e econômica e adquire a noção de fabricação repetitiva de formas e geração de movimentos.

A produção do espaço consiste, então, na realização prática de produção de objetos “geograficizados” segundo uma dada lógica econômica, e destinam-se a cumprir funções diferenciadas em sintonia com as necessidades de reprodução das relações sociais de produção e da divisão social do trabalho.

Em *A Natureza do Espaço*, Santos (1996, p. 21) tem com o ponto de partida a definição de espaço como um “conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações”. Esta noção permite, segundo o autor, reconhecer, entre outros conceitos, o de produção do espaço e de rugosidades.

Sem estender-se em detalhes referente a fundamentação teórica da concepção do autor acima, seguiremos a direção de análise cujo ponto de partida é o entendimento de que

a produção do espaço insere-se em um sistema de pensamento que assenta-se em uma dada lógica interpretativa visando revelar o movimento de transformação de determinadas partes da totalidade.

A idéia de sistema retroativo permite-nos repensar, em síntese, a relação dialética entre o conceito e a fundamentação lógica da teoria que o sustenta. O sistema de pensamento, construído enquanto um método de pensar, de analisar e de interpretar um determinado objeto, organiza a relação entre o sujeito e o objeto de diferentes modos: separando-os, e assim construindo um conhecimento reducionista dado o caráter sistêmico de sua organização; ou, unindo-os e os integrando em uma organização que se reorganiza dialeticamente, produzindo um conhecimento complexo e crítico. Trata-se de imunizar o conceito de produção do espaço contra o simplismo mecanicista da “geografização das variáveis”.

Assim, quando se fala em produção do espaço deve-se, primeiramente, entender que os conceitos que procuram explicá-la se organizam a partir de uma lógica interpretativa correspondente aos objetivos traçados pelo sujeito. Para esclarecer essa questão, vamos partir do conceito de *produção*. Na análise da produção do espaço, a idéia de produção está ligada ao conceito marxista de *trabalho* e às noções de transformação e mudança. A “produção” implica também em organização do trabalho e dos meios necessários para a sua realização enquanto produção de valor. Vale lembrar que, os meios necessários ao trabalho constituem-se, também, em trabalho. Pode-se pensar que o espaço produzido é produto do trabalho, isto é, de uma organização do trabalho que se materializa em formas espaciais. A “produção” significa, então, “trabalho morto” e organização.

Para Marx, o conceito de trabalho, pode ser entendido como atividade teleológica de transformação da Natureza e como síntese inseparável da natureza objetiva, circundante, e a natureza subjetiva do homem. O ‘trabalho’ constitui o ‘princípio gerador’ do homem e não apenas uma atividade produtiva, mas enquanto constituição de uma natureza objetiva e de um horizonte de apreensão e transformação da realidade. Neste sentido, o conceito contém uma dupla dimensão: a de transformação da natureza e de constituição de objetos, que trazem o momento da objetividade constituída (MÜLLER, 1978).

Vale ressaltar que os conceitos de trabalho e produção se alteram ao longo da obra de Marx. Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* (1844), o conceito de trabalho funciona como equivalente do conceito de ‘práxis revolucionária’ (primeira tese contra Feuerbach), envolvendo todas as objetivações da essência humana.

Essa concepção torna-se, no entanto, alvo de uma crítica enfática de Habermas (1987): se a práxis é considerada como um dos aspectos do trabalho, está incluída no agir instrumental, assim, a práxis tende a ser reduzida ao trabalho, a ‘síntese materialista’ tende a tornar-se unidimensional e as relações de produção são apenas um momento da produção material.

Em uma passagem dos *Grundrisse*, Marx diz: “o desenvolvimento do capital fixo indica até que ponto o saber social universal, *knowledge*, tornou-se força produtiva imediata, e, portanto, até que ponto as condições do processo de vida social foram submetidas ao controle do *general intellect*” (MÜLLER, 1978, p. 24). Ao apontar as contradições imanentes do capital, Marx mostra que as relações sociais de produção e o quadro institucional em que se realiza a integração social, não são meras especificações ou efeitos do processo de trabalho.

O conceito de *espaço*, por sua vez, apresenta múltiplas faces de interpretação. Mas, a junção estabelecida entre os dois conceitos – produção/espaço – elucida a matriz teórica

do sistema de pensamento que o sustenta. Percebe-se que as categorias que executam uma operação de análise fundamentam-se no conceito de trabalho, enquanto objetivação da síntese homem-natureza através das correlações entre a estrutura normativa dos intercâmbios sociais com as rugosidades exteriorizadas do capital fixo no interior do processo de desenvolvimento das forças produtivas. A variável espacial pode, então, ser explicitada pela verificação de caráter empírico da divisão social do trabalho.

Assim, a produção do espaço é produção de objetos que articulam e organizam, em suas funções específicas, intercâmbios sociais que envolvem o trabalho e a produção. O espaço seria, neste caso, a materialidade e a mediação entre os sistemas de produção, de controle e reprodução do trabalho em sua dimensão técnica e material. Em poucas palavras, o espaço seria um sistema de sistemas ou, como quer Santos (1996), “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”.

Pode-se pensar, então, que o espaço não é um objeto de análise mas um sistema de objetos. Interpretá-lo, portanto, na ótica de sua produção faz com que o espaço torne-se a dimensão empírica da organização das ações que o produz. A organização das ações emergem, por sua vez, de uma estrutura normativa e reguladora cujo movimento é dado pelos processos de transformações resultantes das relações entre trabalho e capital. Isto significa que as formas espaciais produzidas contêm elementos das partes e do todo, como também elementos novos surgidos da generatividade dessas relações. A natureza mutante das relações sociais traz, por sua vez, mudanças na organização dos “sistemas de ações” e, portanto, na eficácia da funcionalidade das formas – nos “sistemas de objetos”. Nesse sentido, acredito que a análise da produção do espaço significa, também, uma análise da (des)construção do espaço produzido.

O CONCEITO DE (des)CONSTRUÇÃO

A noção de (des)construção do espaço baseia-se na concepção de que a sociedade pós-moderna, ao mesmo tempo em que produz formas espaciais correspondentes, em um dado momento histórico, às necessidades de produção, circulação, consumo e informação, também as dissolvem e as redefinem em sintonia com as novas necessidades sociais que emergem, por sua vez, em um dado momento para, em seguida, serem diluídas e transformadas.

De acordo com Dosse (2001), o conceito de (des)construção possui suas raízes mais profundas em uma reflexão epistemológica de denúncia ao historicismo, em que a história não coloca-se em situação de exterioridade em relação à estrutura mas é “desconstruída” por dentro. Essa reflexão, portanto, assumiu duas formas: a nietzschiana, com Michel Foucault e a heideggeriana, com Jacques Derrida.

A abordagem nietzschiana, a que mais aprofundou o conceito de (des)construção, coloca-se essencialmente relativista: “já não há continuidade por apreender nem racionalidade a atuar no pensamento e na ação do homem, e como o sujeito se encontra preso nas malhas do objeto, num laço indissolúvel e imutável, nenhum modo de ver é estável”. O mirante heideggeriano traduz-se pela “busca da verdade, da gênese do sentido”, a história “é uma história pluralizada, fundamentalmente heterogênea” (DOSSE, 2001, p.219).

A visão de Derrida sobre a (des)construção deriva, segundo Johnson (2001, p. 47), das análises sobre os pensamentos de Rousseau, Saussure e Lévi-Strauss. A

(des)construção para o filósofo francês tornou-se uma “modalidade de pesquisa filosófica” e uma forma de “diálogo crítico que usa os exemplos de casos particulares (...) como sintomas de uma configuração ou estrutura mais geral”. Além disso, coloca-se como uma possibilidade de ampliação dos quadros de referências e de ‘desvelamento’ dos “sistemas rígidos de oposições, que habitualmente moldam e restringem nossa compreensão do mundo”.

A idéia de (des)construção procura enlaçar as concepções de mutabilidade das estruturas do tempo, do espaço e do pluralismo histórico contido no interior das estruturas. A (des)construção do tempo está ligada a uma abordagem da história que procura incessantemente superar os conceitos que a petrificam em um tempo abstrato.

Entende-se a (des)construção do espaço como um processo de supressão e emergência de formas e funções que atendem às necessidades, em um dado momento, da divisão social do trabalho, da acumulação capitalista e do poder estatal. A supressão de formas espaciais significa, na verdade, a supressão de ‘rugosidades espaciais’ (SANTOS, 1980).

AS “RUGOSIDADES”

A idéia de ‘rugosidades espaciais’ expressada de diferentes modos desde o século XIX por Marx, Cavaillès, Bachelard, Canguilhem, Hegel, Engels e outros autores, foi revisada por Milton Santos (1980) com o objetivo de fundamentar o importante papel das heranças espaciais nos diferentes períodos da história.

A noção de ‘rugosidades’ complementa a concepção de que a produção do espaço é, ao mesmo tempo, construção e destruição de formas e funções sociais dos lugares. Ou seja, a (des)construção do espaço não refere-se apenas à destruição e à construção de objetos fixos, mas também às relações que os unem em combinações distintas ao longo do tempo.

Para Santos (1980, p. 138):

“as rugosidades nos oferecem, mesmo sem tradução imediata, restos de uma divisão de trabalho internacional, manifestada localmente por combinações particulares do capital, das técnicas e do trabalho utilizados (...) O espaço portanto é um testemunho; ele testemunha um momento de um modo de produção pela memória do espaço construído, das coisas fixadas na paisagem criada. Assim o espaço é uma forma, uma forma durável, que não se desfaz paralelamente à mudança de processos; ao contrário, alguns processos se adaptam às formas preexistentes enquanto que outros criam novas formas para se inserir dentro delas”.

As ‘rugosidades’ são, nesse sentido, as formas espaciais do passado produzidas em momentos distintos do modo de produção e, portanto, com características sócio-culturais específicas. Nessa linha de interpretação, as ‘rugosidades’ constituem-se em paisagens técnicas que podem ser periodizadas segundo o desenvolvimento do modo de produção ao longo do tempo histórico.

De acordo com Santos (1992, p. 55):

“o estudo da paisagem pode ser assimilado a uma escavação arqueológica. Em qualquer ponto do tempo, a paisagem consiste em camadas de formas provenientes de seus tempos progressos, embora estes podem ter sofrido

mudanças drásticas (...) Assim, se a forma é propriamente um resultado, ela é também fator social”.

A (des)construção do espaço ocorre nesse sentido, mediante o aparecimento de novas funções que se adaptam às formas antigas ou criam formas novas, reorganizando a circulação de mercadorias e idéias e redefinindo, através da divisão técnica do trabalho, novos espaços de produção e consumo.

A emergência de novos arranjos espaciais, no entanto, não suprime integralmente as formas do passado mas as renovam através das funções que adquirem na articulação do território e, ao mesmo tempo, fazem-nas objetos de um sistema de ações econômicas, políticas e sociais que visam produzir as condições materiais de produção, a capacidade de “controle” sobre o território e de regulação do processo de acumulação capitalista. Como argumenta Carlos (1996, p. 128), “o capitalismo produziu o espaço da mundialidade por relações novas de reprodução e dominação”.

No entanto, o “controle” não se faz cumprir somente no sentido político e ideológico da ação social mas, no sentido econômico e técnico-informacional dos mecanismos de acumulação do capital e de organização das forças produtivas. A centralização das informações e das decisões em escala planetária atua, de modo relativo, na tentativa de restringir as ‘rugosidades espaciais’, como argumenta Santos (1980); ou de suprimir, na acepção de Harvey (1993), o espaço através do tempo produtivista.

A capacidade de fluidez e articulação das novas relações de produção, acumulação e consumo no processo de (des)construção de ‘rugosidades espaciais’ são possíveis em virtude da redução temporal entre os lugares através da difusão momentânea das mudanças manifestas nos centros informacionais de decisões, como também pela aceleração da circulação de mercadorias e fragmentos sócio-culturais em escala mundial.

Em relação ao argumento citado acima, referente ao estudo da paisagem como escavação arqueológica, poder-se-ia dizer que as camadas produzidas nos últimos 50 anos seriam extremamente compactas, porém, numerosas. A deposição acelerada das sucessivas camadas caracterizaria, desse modo, o processo de (des)construção do espaço.

Outro argumento na mesma direção explicativa, procurou mostrar que, com a atual racionalidade tecno-científica e informacional, o capital mundial seria levado a adaptar-se ao espaço e não mais o contrário. Passa-se, por um lado, para o processo de (des)construção de formas espaciais vinculadas à intensidade e à multiplicidade de funções atribuídas em períodos de tempo cada vez mais restritos, e, por outro, em virtude do aumento na velocidade de giro do capital e da expansão do “império do consumo efêmero” e massificado, os lugares tornar-se-ia a condição e o resultado da mundialização da economia e da cultura técnica.

A concepção de Santos (1980) a respeito das ‘rugosidades’ e do estudo das paisagens técnicas nos permite esclarecer questões importantes relacionadas à densidade técnica dos lugares e do papel das heranças espaciais na reorganização das relações de produção, consumo e poder.

Contudo, deve-se apontar dois aspectos merecedores de maior atenção e que conduzirão a uma melhor compreensão da noção de ‘rugosidades’ e, em contrapartida, de (des)construção do espaço. O primeiro refere-se à seletividade do capital. Se o capital visa a obtenção de altos lucros a baixo custo, isso por si só, bastaria para imprimir-lhe o caráter de seletivo. Desse modo, poder-se-ia afirmar que desde a expansão marítima no século XVI, o capital mostrou-se seletivo na escolha dos lugares para sua reprodução e acumulação. Nesse caso, a alteração se deu em relação à capacidade de seletividade dada pelos meios

técnicos de investigação e de reconhecimento de um número crescente de lugares e condições materiais e imateriais para a acumulação capitalista.

O conhecimento tecno-científico uma vez constituído como força produtiva, estabeleceu não somente as diretrizes e os métodos de organização e planejamento da produção e dos recursos, circulação e demanda, como também uma capacidade cada vez maior de reconhecimento do território em suas potencialidades de exploração.

O segundo aspecto trata do papel do Estado na produção das condições de reprodução do capital e do trabalho. Durante todo o século XX, em grande parte dos países capitalistas e, particularmente no Brasil, as condições objetivas de reprodução social do capital foram produzidas através do Estado. A produção dessas condições resultou, para os fins que se pretendeu nesta reflexão, em supressão das ‘rugosidades’ através da (des)construção das paisagens herdadas e da reorganização dos fluxos de bens, de capitais e de pessoas.

De acordo com Carlos (1996, p. 129), “ a construção de um espaço novo a partir de um preexistente (ora integrando, ora destruindo) inclui a articulação da técnica e do saber à gestão” onde o Estado, ao lhe atribuir funções, constitui-se em um espaço de dominação”.

O fato, entretanto, da seletividade do capital não ser espontânea e sim planejada, contando com meios eficazes de pesquisa e de avaliação das condições materiais e de possibilidades de investimentos, faz com que o processo de (des)construção do espaço apresente-se como apropriação do espaço público pelas funções e necessidades do capital privado.

A seletividade do capital recoloca, em outros termos, a relação entre mercado e planejamento. De acordo com Ianni (1995, p. 151), “a globalização do capitalismo reaviva a controvérsia mercado ou planejamento ao nível dos setores produtivos, das economias nacionais, dos blocos regionais e, obviamente, da economia mundial como um todo”. O planejamento apresenta-se, desse modo, como uma “técnica de organização e dinamização das forças de mercado (...) uma técnica versátil, podendo influenciar a racionalização das forças produtivas, inclusive funcionando como técnica anticíclica. Na medida em que se traduz em diretrizes, normas de ação e instituições, envolvendo padrões e valores sócio-culturais e jurídico-políticos, influencia as relações de produção também em termos de racionalização, sempre em conformidade com as exigências da reprodução ampliada do capital”.

Esses dois aspectos permitem avaliar a dimensão econômica da noção de ‘rugosidades’, notando que se constituem em espaços de rigidez a partir da perspectiva do capital, como também a significação política da relação entre o espaço público e privado no processo de emergência e supressão de formas e funções espaciais.

Por outro lado, a revisão realizada por Santos (1980-1992) acerca do significado das formas espaciais herdadas na organização de novas funções e necessidades sociais, apontou direções de análises e de interpretações do processo de (des)construção do espaço que fundamentam a concepção de que, a “mundialização dos lugares” não implica “falência” da região, mas (des)construção dialética de ‘rugosidades espaciais’ que atendem, em um dado momento histórico, às necessidades socioeconômicas.

Enfatizou-se que a aceleração do tempo produtivista e a velocidade de circulação de informações e de idéias não implicaram, como esclarece Harvey (1993, p. 265), o

“decrécimo da significação do espaço (...) O aumento da competição em condições de crise coagiu os capitalistas a darem muito mais atenção às vantagens localizacionais relativas, precisamente porque a diminuição de

barreiras espaciais dá aos capitalistas o poder de explorar, com bom proveito, minúsculas diferenciações espaciais (...) A fuga de capitais, a desindustrialização de algumas regiões e a industrialização de outras (...) se tornam o pivô na transformação espacial sob condições de acumulação mais flexível”.

Soja (1993, p. 209-210) argumenta que:

“o período contemporâneo de reestruturação tem sido acompanhado por uma visibilidade e uma conscientização acentuadas da espacialidade e da espacialização, da regionalização e do regionalismo. A instrumentalidade das estratégias espaciais e locacionais da acumulação do capital e do controle social está sendo revelada com mais clareza do que em qualquer época dos últimos cem anos”.

Nesse sentido, a introdução de novos capitais em uma dada região ou, como quer Harvey (1993), de modalidades flexíveis de acumulação e gerenciamento, supõe a busca de vantagens comparativas que se materializam em formas espaciais novas ou na reutilização de formas preexistentes, proporcionando, em escala local-global, a intensificação dos fluxos de bens e informações. As vantagens comparativas podem apresentar-se momentâneas ou transitórias e gerar formas espaciais cujas funções serão dissolvidas na medida em que as vantagens localizacionais tornarem-se ‘rugosidades’ para a reprodução do capital.

Diante das colocações acima, o conceito de (des)construção procurou traduzir um processo que envolve a sociedade e o espaço em uma relação recíproca de transformações que se materializam em formas e funções e, ao mesmo tempo, integram e suprimem as paisagens técnicas herdadas. O conceito preocupa-se, basicamente, “com a construção como processo dialético de destruição da construção” (Carvalho, 2001, p. 16).

A retomada desse conceito, portanto, possui razões históricas que o tornam, às vezes, uma expressão do “modismo” acadêmico ou de um “debate surdo” entre as concepções de modernidade e pós-modernidade, em que o nome da *coisa* mostra-se mais importante que a própria *coisa*.

Entre os principais motivos que levaram alguns autores ao resgate do conceito de (des)construção, estão os que se relacionam, por um lado, às transformações históricas do capitalismo entre as décadas de 1960 e 1990 e, por outro, ao esgotamento teórico de paradigmas científicos sustentados pelas visões generalizantes de totalidade.

Os efeitos espaciais mais explícitos dessas transformações deram-se com o processo de urbanização da sociedade. As cidades, sobretudo as metrópoles, tornaram-se os lugares de experimentação de um novo urbanismo e de uma nova estética arquitetônica.

Aggio (1992, p. 96-97) informa que:

“mediante a aplicação dos princípios do taylorismo ao meio urbano, as ações humanas, concebidas tão-somente como um conjunto de operações determinadas com precisão, transformam-se em objeto de uma tentativa de disciplinarização, onde os elementos da vida cotidiana, que consistem em atos puramente secundários e, portanto, à margem de qualquer consideração”.

A re-urbanização das cidades, apoiada em novas tecnologias da engenharia civil e dos materiais de edificações e estreitamente vinculadas às mudanças estéticas da desindustrialização, levantou evidências nos anos 70 e 80, de que as estruturas sócio-espaciais produzidas durante as fases de industrialização fordista encontravam-se em processo de dissolução e aniquilamento, sendo substituídas por novas formas e novas

funções exigidas pelo emergente modelo de acumulação flexível. Na concepção de Harvey (1993), a transição do regime de acumulação fordista para o modelo de acumulação flexível, iniciada na década de 1960 e parcialmente completada no início dos anos 90, provocou mudanças estruturais não somente na base produtiva, mas em todos segmentos do consumo de massa, da arte, da circulação e dos serviços públicos e privados.

Pode-se argumentar, neste caso, que as ‘rugosidades espaciais’ expressam a noção de rigidez do espaço em que as cidades edificadas pelas indústrias do regime de acumulação fordista constituíram-se nas ‘rugosidades’ enfrentadas pela “desindustrialização” das indústrias da acumulação flexível.

Em relação à polêmica teórica em torno da concepção de uma economia com relações de produção denominadas flexíveis, preferiu-se o não aprofundamento deste problema nem, tampouco, a aceitação sem fundamentos prévios, da idéia de que a expansão do capitalismo tecnológico ocorre de igual modo em diferentes escalas espaciais. De passagem, vale dizer que “as tecnologias e formas organizacionais flexíveis não se tornaram hegemônicas em toda parte – mas o fordismo que as precedeu também não” (Harvey, 1993, p.291).

A concepção de que a “economia e a sociedade são regidas por novos imperativos, por uma tecnociência computadorizada, que invade o nosso cotidiano”, coaduna com a visão cuja análise dos fragmentos e interstícios produzidos pela mundialização do capital dispensa a compreensão do todo e recomenda a valorização das diferenças (ROUANET, 1986, p. 87).

A concepção de (des)construção do espaço deve considerar que a compreensão da realidade em escala local supõe o envolvimento, a interação e a articulação combinada com outras escalas de tempo e de espaço. De acordo com Randolph (1992, p. 379),

“esta dialética vai além de uma simples articulação de escalas; tem sua origem na própria concretude do processo histórico. Pois mesmo em períodos de ordenamentos, integração, generalização e articulação, mormente através do Estado na história mais recente, identifica-se momentos de desintegração, fragmentação e desordem que fazem parte do mesmo processo histórico”.

A (des)construção do espaço expressa-se na vaga do movimento dialético da totalidade com as partes, de modo que a emergência de uma nova forma espacial traduza fragmentos da totalidade e combinações específicas em diferentes escalas de tempo e de espaço. Assim, a forma espacial torna-se um fator social não apenas pela sua durabilidade no tempo, mas pelo conteúdo técnico, cultural e ideológico de atribuir “valores sociais ao espaço”.

A supressão das formas espaciais diante das ações dos fragmentos da totalidade presume que a dissolução e a “descartabilidade” do conteúdo das formas ocorram através da imposição de funções provisórias que se instalam por forças ocasionais de mercado e das vantagens comparativas.

Como visto anteriormente, a introdução de novas modalidades de produção, gerenciamento, regulação e controle de caráter global não suprimem as condições objetivas de produção e de reprodução do capital em escala regional. Como argumenta Lencioni (1999, p.192), “as diferenças emergem e se contrapõem ao processo que tende a anulá-las”.

Para Ianni (1995, p. 151), a “globalização não apaga nem as desigualdades nem as contradições que constituem uma parte importante do tecido da vida social nacional e mundial”. Pois, se a globalização consiste em um processo de fragmentação torna-se, ao mesmo tempo, um movimento de regionalização e de individualização do espaço.

Nesse sentido, a questão regional recoloca-se conceitualmente, propondo novas abordagens sobre a espacialização dos processos sociais e, em certo sentido, deixa em evidência os equívocos daqueles que acreditam na “implosão” ou na “falência” sumária da região.

O conceito de (des)construção do espaço apresenta-se, nesse momento, como um instrumento de análise do processo de formação sócio-espacial que busca, através da periodização das paisagens técnicas e do processo de supressão das ‘rugosidades’, compreender a produção do espaço mediante a combinação entre as formas e as funções espaciais, em um dado momento da divisão do trabalho e do desenvolvimento do modo de produção. Vale dizer, de passagem, que consiste em uma via conceitual a ser explorada teoricamente na perspectiva da análise espacial.

Se, entretanto, a fundamentação do conceito de (des)construção encerrar-se na análise das representações, poder-se-ia argumentar que a sua fundamentação teórica, no que se refere à Geografia, estaria ligada à abordagem humanista que se firmou, nos anos 70, com a fenomenologia de Tuan, Buttimer, Relph, Mercer e Powell e que, gradativamente, foi penetrando em diferentes temáticas de estudos geográficos.

A perspectiva fenomenológica na Geografia, de acordo com Lencioni (1999, p. 153), apresentou-se como uma forma de “recuperação do humanismo que a Nova Geografia havia feito desaparecer com seus modelos teóricos (...) Esse humanismo significou um novo trilhar da geografia (...) A referência passou a ser o espaço vivido, aquele que é construído socialmente a partir da percepção das pessoas”.

A filosofia subjacente à abordagem da Geografia humanista é a fenomenologia existencial de Husserl, Merleau-Ponty e Heidegger. Segundo Entrikin (1980, p. 16), “O humanismo contemporâneo em Geografia enfatiza o estudo de significados, valores, metas e propósitos”. A noção de espaço “está relacionada de muitos modos com as idéias de Kant, James e à psicologia da Gestalt sobre a natureza do espaço e percepções espaciais”. Para a Geografia existencialista, o espaço define-se como “uma rede intencional que conecta objetos de interesse com a consciência intencional (espaço egocêntrico). Os conceitos de lugar e paisagem, passaram a apresentar-se como o “centro de significância ou um foco de ação emocional do homem”(ENTRIKIN, 1980, p. 23). O lugar, para o geógrafo humanista, é, antes de tudo, um repositório de significados.

Para Collot (1990, p. 21), entre as diversas “entidades espaciais construídas por intermédio de um sistema simbólico, científico (...) ou sócio-cultural (...), a paisagem se define incontinente como um espaço percebido: constitui o *aspecto visível, perceptível do espaço* (...). A paisagem percebida é, já, então, construída e simbólica”. Na visão nietzschiana, a paisagem percebida seria, também, uma paisagem (des)construída.

Entre os pontos de contato da visão fenomenológica da Geografia da percepção e o conceito de (des)construção, como uma fenomenologia da paisagem, está o atribuir às suas formas diferentes funções simbólicas que incidem sobre as práticas sociais. A (des)construção da paisagem dar-se-ia, nesse sentido, com a mudança do significado simbólico das formas e, portanto, do modo como elas afetam os valores culturais e os mecanismos cognitivos de percepção da paisagem (des)construída.

Longe de ignorar ou reduzir as concepções sobre paisagem e região sobreditas ou de tecer críticas vazias sobre os aspectos frágeis do conceito de (des)construção, quer-se explicitar, na verdade, que o conteúdo que se atribui ao conceito trata das relações

dialéticas entre a economia política da urbanização e o processo de emergência e supressão de formas e funções na produção do espaço urbano regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os problemas teóricos levantados neste artigo são ingredientes fundamentais de uma reflexão mais aguda sobre o pensamento crítico da geografia. A reflexão crítica deve, entretanto, nutrir-se da auto-crítica de seus instrumentos de análise e nos conduzir a uma reavaliação do método e da relação sujeito-objeto na construção de um conhecimento complexo do espaço social.

A noção de “segunda natureza”, entremeada ao conceito de produção do espaço, não deve fazê-los sinônimos, pois a idéia de “segunda natureza” como algo realizado pelas mãos do homem, não tem o mesmo sentido empregado no conceito de produção do espaço. Ambos os conceitos não se excluem, eles interpenetram-se segundo a lógica interpretativa do sistema de pensamento de modo a favorecer uma relativa imunização contra o reducionismo sistêmico.

Em suma, através de breves considerações sobre a produção do espaço, quis mostrar as possibilidades de reavaliação de conceitos e noções que cercam o debate geográfico sobre o espaço social. Vale salientar, finalmente, que as considerações que encerram este artigo não esgotam as questões que foram aqui enfocadas. Pois, uma das premissas deste artigo foi a de apontar caminhos para novos estudos a respeito dos processos de (des)construção e “rugosidades” espaciais.

BIBLIOGRAFIA

- AGGIO, Sandra. O Estatuto do Espaço Público na Crise da Modernidade. Rio de Janeiro: **Presença – Revista de Política e Cultura**, n. 18, 1992, p. 93-104.
- CARVALHO, D. Colonização e Núcleos de Expansão. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. III, n. 1, p. 125-135, jan./mar., 1941.
- CARVALHO, P. F. DE; FRANCISCO, J. **Desconstrução e Conhecimento Espacial**. Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento. Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, 2000, p. 16.
- CARLOS, A. F. A. A Mundialidade do Espaço. In: MARTINS, J. S. (Org.), **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo: Hucitec, p. 121-134, 1996.
- COLLOT, Michel. Pontos de vista sobre a percepção das paisagens. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro. Tradução: Lineu Bley e Lucy Marion C. P. Machado, v. 20, n. 39, 1990, p. 21-32.
- DOSSE, François. **A história à prova do tempo: da história em migalhas ao resgate do sentido**. Tradução: Ivone C. Benedetti. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- ENTRIKIN, J. Nicholas. O Humanismo Contemporâneo em Geografia. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro. Tradução Lucila E. L. Goes, v. 10, n. 19, 1980, p. 05-30.
- HABERMAS, J. **Conhecimento e Interesse**. Tradução: José N. Heck. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- HARVEY, D. **A Justiça social e a cidade**. Tradução Armando C. da Silva. São Paulo: Hucitec, 1980.

- ____, **Condição Pós-Moderna : uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993.
- IANNI, O. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- JOHNSON, C. **Derrida**. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Paris: Armand Colin, 1974.
- LENCIONI, S. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- MÜLLER, Marcos **Epistemologia e Dialética**. Campinas: I Encontro de História E Filosofia da Ciência. Unicamp/Campinas, dez., 1978, p. 05-30)
- RANDOLPH, R. Estabilidade sócio-histórica material-concreto: proposições metodológicas para a análise regional. **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, v. 22, n. 43-44, 1992, p. 378-383.
- RELPH, E. C. As Bases Fenomenológicas da Geografia. **Geografia**. Rio Claro. Tradução Herbert S. A. Pinho Halbsgut, v. 04, n. 07, abril, 1979, p. 01-25.
- ROUANET, S. P. Do pós-moderno ao neo-moderno. In: **Modernidade e pós-modernidade**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, n. 84, Jan./março, 1986, p. 86-97.
- SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. São Paulo. Hucitec, 3. edição, 1991.
- ____, **Espaço & Método**. São Paulo: Nobel, (coleção espaços), 1992.
- ____, **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- ____, **A Natureza do Espaço: espaço e tempo: razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SMITH, N. **A Produção da Natureza**. Tradução Beatriz M. Pontes, Liliana B. R. Garcia e Lucia H. O. Gerardi. **Geografia**. Rio Claro, v. 09, n. 17-18, outubro, 1984, p. 01-36.
- ____, **Desenvolvimento Desigual**. Tradução Eduardo de A. Navarro. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOUZA, M. A. A. de. A Explosão do território : falência da região ? . **Boletim de Geografia Teórica**. Rio Claro, v. 22, n. 43-44, 1992, p. 393-398.
- SOJA. E. W. **Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria crítica social**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Recebido em dezembro de 2003.
Aceito em março de 2004.

